

ATA DA 055ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2021
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal
Deputado Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Informa que no dia 21 de junho, do corrente ano, houve um posicionamento do TCE, Tribunal de Contas do Estado, que seguiu o entendimento do Ministro Alexandre de Moraes, Superior Tribunal Federal, sobre a Lei Complementar n. 173. O Magistrado deixou claro que a referida lei impede, inclusive, a reposição do déficit inflacionário, sendo que no seu art. 8º, cita que fica proibido conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, exceto quando derivado

de sentença judicial transitado em julgado, ou de determinação legal anterior à calamidade pública, a todos os servidores públicos e militares até 31/12/2021, devido à crise da pandemia.

Afirma que desconhece se existe uma determinação legal anterior à calamidade pública. Portanto, explica que o aumento que o Governador Carlos Moisés anunciou para a categoria do Magistério, no seu entender, está sendo especulação, um jogo político, já que em 2022 haverá eleição. Diz não entender a atitude do Governador catarinense, em ir a público e afirmar a possibilidade de aumento para os professores.

Neste sentido, afirma que a Alesc e os Deputados muito pouco podem fazer pela Segurança Pública, Educação e Saúde, no momento, com relação a aumento de salários, e indaga o que a Procuradoria-Geral do Estado vai fazer diante do TCE para poder justificar o aumento anunciado.
[Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Faz referência ao pedido da Prefeita Sônia Vedovatto, de Monte Carlo, para que mostrasse fotos em Plenário, do estado lastimável da SC-452, no Vale do Rio do Peixe, e apresenta as fotografias, que serão encaminhadas ao Governador, conforme pedido. Agradece ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Thiago Vieira, pela promessa de que essa rodovia é mais uma que tem no planejamento de estudos ações efetivas para trazer segurança às pessoas.

Enaltece o Secretário, que tem realizado discussões sobre todas as regiões do Estado que possuem déficit na recomposição da malha viária. Registra que na presente data vai ser lançado o Programa BR-282 Mais Segura e Eficiente, projeto elaborado pela Fiesc, que contratou um profissional para planejar a implantação de faixas adicionais nos locais onde acontecem as ultrapassagens mais perigosas, e reforço de sinalização nas rodovias catarinenses, bem como o investimento que seria necessário.

Defende a reabertura do setor de eventos em Santa Catarina, o único que continua parado desde o ano anterior, sugerindo um evento-teste como experiência, sendo que o mesmo deverá seguir todos os protocolos de segurança exigidos pela Vigilância Sanitária. Agradece ao Secretário de Estado da Saúde, André Motta, que a recebeu para discutir o assunto.

Enaltece o trabalho do servidor Renê, da Secretária de Turismo, pelo Programa que será lançado chamado Rota de Anita, no aniversário do seu bicentenário. Salienta ser necessário resgatar as raízes, o valor e a força da cultura catarinense. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Pronuncia-se a respeito do setor privado catarinense, especificamente o setor de bares e restaurantes que sofrem, diariamente, devido à inação do Governo do Estado por não tomar medidas técnicas, mas apenas medidas que não fazem sentido algum, como a distância entre as mesas, recomendada para ocupação nos bares e restaurantes, ser a mesma tanto na parte interna quanto na externa. Enfatiza que basta somente fazer um novo decreto, e que o Governo assuma a liderança, pois entende que pequenas medidas pontuais podem ajudar um setor que já fechou muitas portas e milhares de empregos foram perdidos, bem como empresários que perderam tudo.

Menciona sobre um provérbio árabe que diz que é muito difícil ensinar para um peixe o que é a água, porque ele já se acostumou com a água, e não consegue entender o que é a água, ao se referir às coisas erradas que acontecem em Santa Catarina no dia a dia, como é o caso do transporte rodoviário intermunicipal do Estado entre as grandes cidades, que desde 1980 não ocorre nenhuma licitação para regulamentar as linhas, pois foram concedidas as licenças, e depois prorrogadas até 2002, quando o Ministério Público entrou com uma ação para que fosse feita uma licitação para cumprir com a Constituição Federal. E desde lá o referido órgão tenta obrigar o Estado a fazer tal licitação,

porém devido a manobras jurídicas já se passaram 20 anos de protelação. E diz que são empresas protegidas e nunca tiveram que enfrentar uma licitação, o que resulta em maiores preços, menor oferta de serviço e pior qualidade no serviço entregue. Considera que Santa Catarina é refém de um determinado grupo de empresas, e o referido setor, que já é protegido, agora vai ganhar um presentão, pois a Secretaria da Infraestrutura anuncia que irá pagar os custos de gratuidade que por lei deveriam ser de responsabilidade das ditas empresas protegidas. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Reporta-se às mensagens recebidas por *WhatsApp*, com várias denúncias, e mostra a fala de um professor de escola pública estadual, em sala de aula, a discorrer críticas ao Presidente Bolsonaro, fazendo comentários pessoais, e dando sua opinião política. Diz que o professor fez isso gastando o tempo da aula, o qual deveria ser usado com conteúdos científicos, objetivos e que fossem favorecer a formação cultural, e favorecer a inclusão de adolescentes no mercado de trabalho.

Considera um absurdo o discurso do professor, uma vez que o mesmo usa a audição cativa dos alunos para incutir neles suas próprias convicções políticas, o que entende não fazer parte do conteúdo da base nacional curricular comum. Comunica que foi apresentado o Pedido de Informação n. 469, dirigido à Secretaria de Estado da Educação, questionando se o fato ocorrido já é do conhecimento da Secretaria, se será instaurado algum processo, se é da competência da Secretaria, e se não é, de quem é, e por último, se existe alguma política do Governo para impedir que os direitos dos alunos sejam violados. [Taquígrafa: Sílvia]

Partidos Políticos

Partido: PSL

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Discorre sobre a parcela do povo catarinense, a qual representa, que lamenta o que está acontecendo nas universidades públicas. Diz que estas universidades se tornaram antro de esquerdismo e militância. Cita fatos ocorridos em diversas Instituições, onde alunos que não concordam com a pauta apresentada por militantes são perseguidos.

Apresenta denúncias sobre o IFSC, e diz que a instituição está usando os seus meios para doutrinar alunos. Apresenta imagens em Plenário do evento em Chapecó, de divulgação do mês do orgulho gay, entre outras. Questiona por que esses eventos devem ocorrer dentro de universidades públicas, e diz que estão deixando de trazer o ensino para fazerem militância. Reforça que sempre denunciará eventos deste tipo, para que o pagador de impostos não arque com propagandas da militância nas universidades.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Corroborava e fala do Deputado, e comenta que muitas vezes são chamados de radicais e extremista. Repudia o discurso da militância sobre o atentado ao Presidente Bolsonaro. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: PL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Fala do município de São Francisco do Sul, que lhe é muito querido. Tece agradecimentos a diversas personalidades da cidade, e a quem enviou para o seu gabinete algumas imagens, que foram apresentadas em Plenário, do estado das ruas do bairro Majorca. Discorre sobre a economia do município, fortalecida pelo porto, e acredita que o turismo poderia ser melhor explorado.

Fala sobre a importância do Porto de São Francisco do Sul, mas que até agora não pode mostrar todo seu potencial. Comenta sobre a burocracia e a política dentro do porto, assunto já discutido por vários Parlamentares desta Casa.

Cobra um posicionamento com o bairro Majorca, que está esquecido pelo próprio município. Questiona políticos que visitaram São Francisco do Sul somente para angariar votos e nada mais, e

pede aos colegas que foram até o município que olhem com carinho para o mesmo. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0172/2018, de autoria da Deputada Ada De Luca.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0008/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto, que proíbe às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, a efetuar crédito, na conta de beneficiários do INSS, sem contrato ou consentimento dos mesmos, a fim de efetivar empréstimo consignado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Jair Miotto.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0299/2018.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0202/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0019/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0054/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0043/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que dispõe sobre a vedação de uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, coreografias e danças desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres à situação de constrangimento, ou que contenham manifestações de homofobia ou discriminação racial.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Desporto; e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0243/2019, de autoria do Deputado Altair

Silva, que proíbe a cobrança de taxa superior a 10% do valor pago a título de matrícula, em caso de cancelamento antes do início das aulas, nas instituições privadas de ensino superior no Estado de Santa Catarina. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0356.4/2019.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Bruno Souza.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0033/2020, de autoria do Deputado Del. Ulisses Gabriel, que confere ao Município de Jaguaruna o título de Capital Catarinense do Produtor de Melancia.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados José Milton Scheffer, Ismael dos Santos e Jair Miotto.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0209/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que dispõe sobre o reconhecimento da atividade das escolas profissionalizantes e cursos técnicos como atividades essenciais no Estado de Santa Catarina, permitindo o exercício das atividades mesmo em período de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0230/2020, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito, que institui o procedimento de notificação compulsória de obra pública ou serviços de engenharia paralisados no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0367/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que institui o Calendário de Produção da Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado José Milton Scheffer.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0113/2021, de autoria da Deputada

Luciane Carminatti, que veda a retenção de descontos no pagamento de recursos emergenciais ao setor cultural e a exigência de certidão negativa de débito com entes federativos nos editais do setor cultural, na forma que menciona.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0468/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da lotação de servidores civis na Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0458/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, cumprimentando o Figueirense Futebol Clube, pelos seus 100 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0459/2021, de autoria da Deputada Ada Faraco De Luca, cumprimentando a Universidade do Extremo Sul Catarinense, pelos seus 53 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0460/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, cumprimentando a diretoria do Porto Itapoá, pelos 10 anos da referida entidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0461/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, apelando ao Presidente e ao Superintendente Estadual do DNIT, que sejam adotadas medidas para a realização de obras de recuperação da ponte sobre o rio Itajaí-Açu.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0463/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, cumprimentando o Soldado Juliano Cardoso, pelo ato de bravura ao salvar a vida de um homem que tentou cometer suicídio na cidade de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0464/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando ao Ministro da Saúde, que promova a inclusão dos professores e instrutores das Auto Moto Escolas e Centros de Formação de Condutores no Estado, como prioridade no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0465/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando ao Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e ao Ministro de Estado da Infraestrutura, pela manutenção e conservação da BR/SC 470, trecho que abrange o Município de Apiúna.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0466/2021, de autoria da Deputada Paulinha, apelando ao Ministro da Saúde, que promova a inclusão dos jornalistas, funcionários de rádios, jornais, portais jornalísticos e emissoras de televisão, incluindo auxiliares administrativos, motoristas e auxiliares de serviços gerais, como prioridade no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1058/2021, 1059/2021, 1060/2021, 1061/2021, 1062/2021, 1063/2021, 1064/2021 e 1065/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1066/2021 e 1067/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 1068/2021 e 1074/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 1069/2021, 1070/2021, 1071/2021, 1072/2021 e 1073/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1350/2021, de autoria da Deputada Ada Faraco De Luca; 1351/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 1352/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1354/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1355/2021, de autoria do

Deputado Volnei Weber; 1356/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 1357/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza; 1358/2021 e 1359/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquiografia: Cinthia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Afirma que o verdadeiro negacionismo provém dos que negam o tratamento imediato da Covid-19, informando que um estudo da Oxford anunciou que está realizando testes com Ivermectina para o tratamento possível do coronavírus, e que o medicamento reduziu a replicação do vírus em estudos laboratoriais. Crítica a CPI por tentar responsabilizar o Presidente pelas 500 mil mortes, e questiona quem será culpado por criticar o tratamento imediato da doença por questões políticas, e instruindo as pessoas a ficarem em casa até sentir falta de ar.

Comenta que um médico, ao falar sobre o tratamento imediato, com o medicamento que dá resultado, foi desdenhado por alguns. Finaliza, dizendo que os estudos realizados serão bons para confrontar quem politizou o tratamento para Covid-19, que poderia ter salvo milhares de vidas no Brasil. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Em resposta ao Deputado Jessé Lopes, comenta que realizou o tratamento com Ivermectina, e que não foi eficaz, pois ficou 12 dias internada, e que está viva graças a um outro medicamento injetável que tomou durante o tratamento.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) - Diz que se o medicamento não adiantou, fez com que a Deputada pudesse estar hoje presente no Plenário. E pede que cite o medicamento usado para que outras pessoas também possam se curar. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Sara]